

DÍVIDA INTERNA

Pública
Estados pediram US\$ 2 bi

BRASÍLIA — Existe para este ano excesso de US\$ 2 bilhões em pedidos de empréstimos externos feitos por Estados e Municípios, revelou ontem o Ministro do Planejamento, João Sayad, ao Secretário de Fazenda do Rio de Janeiro, Cesar Maia. Devido a esta situação, o Governo fará uma lista de prioridades, atendendo apenas os pedidos que considerar mais urgentes.

O Ministro do Planejamento informou que o Governo anterior acolheu pedidos de empréstimos no volume de US\$ 3,7 bilhões, quando o orçamento cambial do País só prevê disponibilidade em dólares para empréstimos até US\$ 1,7 bilhão. Sayad explicou a situação da seguinte maneira:

— Foram vendidos mais bilhetes para entrada no cinema do que o número de cadeiras. Vamos agora analisar cuidadosamente essas prioridades que foram emitidas e tentar distribuí-las corretamente, para que todos possam ficar sentados e aqueles que ficarem de pé sejam moços, não uma senhora idosa.

A definição de prioridades para a contratação de empréstimo externo é feita pelo Ministério do Planejamento. Depois de aprovada essa prioridade, o aviso para a liberação do empréstimo é encaminhado ao Banco Central. O que está ocorrendo é que o montante dessas prioridades aprovadas é superior ao limite de endividamento dos Estados e Municípios aprovado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Sayad prometeu não fazer "qualquer discriminação" durante a análise desses pedidos de empréstimos dos Estados e Municípios.

O Ministro disse que são indispensáveis novos cortes nos gastos públicos como forma de recuperar o equilíbrio orçamentário da União e reduzir a inflação. Para ele, "existem projetos de algumas empresas estatais que se mostraram grandes equívocos e precisam ser descontinuados, pois o custo de parar é menor que o custo de continuar". Sayad disse que o novo corte não deverá ser linear, pois, nesse caso, a contenção das despesas afetaria os programas sociais e os "programas supérfluos" de uma mesma forma. Depois de afirmar que o Governo fará uma análise cuidadosa antes de realizar esses cortes, informou que os ministérios ainda estão levantando suas aplicações para este ano e terão prazo até 15 de junho para apresentar suas conclusões.

Reafirmou que a decisão de cortar os gastos públicos será submetida ao Congresso Nacional.

A fórmula de cálculo da correção monetária e da correção cambial, que é a média geométrica das taxas de inflação dos últimos três meses, tem "vantagens e desvantagens", na opinião de João Sayad. A maior vantagem, segundo o Ministro, é a facilidade que a fórmula criou para a colocação dos títulos públicos no mercado financeiro. A maior desvantagem, ocorre quando a inflação é descrente. Neste caso, a fórmula "eleva a taxa de juros real e taxa de câmbio real".

além do limite do CMN